



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1280/2024**  
**(à MPV 1280/2024)**

Dê-se nova redação ao inciso II do § 2º do art. 4º; e acrescente-se § 6º ao art. 4º, ambos da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na forma proposta pelo art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 4º** .....  
.....  
**§ 2º** .....  
.....

**II** – limite do aporte de recursos objeto dos incentivos previstos no art. 1º e no art. 1º-A, ambos desta Lei, somados, é de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) e, para o incentivo previsto no art. 3º e no art. 3º-A, ambos desta Lei é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), para cada mecanismo, podendo esses limites serem utilizados concomitantemente de forma complementar;

.....  
**§ 6º** Os valores fixados no inciso II serão anualmente atualizados monetariamente, com data base no mês de janeiro de cada ano, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurada nos doze meses anteriores à data base  
.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

A Medida Provisória 1.280 de 2024 prevê a alteração do inciso II, § 2º do Art. 4º da Lei 8.685/93, aumentando os atuais limites de incentivo fiscal de 4 milhões de reais para 12 milhões de reais, e aos Art. 3 e 3-A de 3 milhões de reais para 09 milhões de reais. Nesse sentido, apresenta-se a seguinte emenda



ExEdit

modificativa com objetivo de aumentar o montante do limite de aporte dos Artigos 3 e 3-A para 15 milhões de reais, mudança crucial para adaptar a legislação às realidades econômicas e tecnológicas atuais, promovendo um ambiente mais fértil para o desenvolvimento cultural e econômico através do audiovisual.

Ainda que louvável a proposta apresentada, a presente emenda vem para propor uma correção no que diz respeito a atualização e uma sugestão de acréscimo de texto para que a lei alterada não se torne defasada novamente, tal como a vigente.

Nos termos da Medida Provisória apresentada a base de cálculo toma como base o termo inicial de incidência da correção monetária o ano de 2006, considerando a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006 que alterou a redação do mesmo art. 4º inciso II do §4º da Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993. Ocorre que a Lei nº 11.437/2006 não alterou o valor dos limites que já constavam a partir de 13 de maio de 2002 com a redação que foi dada pela Lei 10.454/2002. Dessa forma, a escolha de 2006 como referência para a correção dos valores parece ter ocorrido devido à suposição equivocada de que a Lei de 2006 havia estabelecido o limite, o que não corresponde à realidade. Neste caso, para manter a consistência no critério, a atualização dos R\$ 3 milhões deveria, no mínimo, ter como base o mês de maio de 2002. Nesse contexto, o cálculo corrigido pelo IPCA, considerando o período de maio de 2002 a dezembro de 2024, resultaria no montante de R\$ 11.476.382,26, uma vez que entre 2002 e 2006 apenas o limite do art. 1º. (e o do 1º-A) foram elevados de três para quatro milhões. Todavia o benefício do art. 3º (e do 3º-A) foram mantidos em três milhões sem nenhuma atualização naqueles quatro anos calendário.

Portanto, a aplicação proposta pela Medida Provisória não resultaria em um limite de R\$ 9.000.000,00 para os artigos 3º e 3º-A, mas sim em R\$ 11.476.382,26, valor que, ao ser acrescido de 15% de aumento real, conforme previsto na justificativa apresentada pelo Executivo, alcançaria R\$ 13.197.839,60. Este cálculo, no entanto, considera a Lei de 2002 como referência, o que não apenas difere da base adotada pela Medida Provisória, como também não considera o histórico da legislação e os valores inicialmente adotados, os quais remontam a promulgação da Lei do Audiovisual em 1993.



A Lei do Audiovisual (Lei nº 9.685/1993), promulgada em 20 de julho de 1993, não previa inicialmente os limites de investimento diretamente em seu texto, mas em seu regulamento. O Decreto nº 974, de 8 de novembro de 1993, estipulou o limite de 1.700.000 Ufir por linha de incentivo (artigos 1º e 3º). À época, a Ufir correspondia a 108,93 Cruzeiros Reais (CR\$), resultando em um valor de CR\$ 185.181.000,00. Essa quantia representava o montante utilizado entre 1993 e 1996. Posteriormente, com a edição de medidas provisórias – culminando na Lei nº 9.323, de 5 de dezembro de 1996 – o limite de aportes foi ajustado para R\$ 3.000.000,00, vigente desde 16 de agosto de 1996.

Com base nessa trajetória histórica, é evidente que a atualização monetária proposta pela MP de 2024 deveria considerar 1996 como o marco inicial, e não 2006. Uma correção pelo IPCA desde 1996, com o acréscimo real de 15%, resultaria em um limite ajustado de R\$ 18.210.657,50. Tal valor é mais coerente com a evolução dos custos no setor audiovisual e reflete de forma mais precisa a perda de poder aquisitivo acumulada ao longo das décadas.

Essa escolha na definição da data-base compromete a abrangência da atualização e perpetua a corrosão dos limites de investimento em termos reais. Antigamente, o limite estabelecido cobria praticamente o custo de um filme de longa-metragem; hoje, com produções independentes brasileiras custando em média acima de R\$ 15 milhões, o valor de R\$ 3 milhões representa menos de 20% do que originalmente significava. Assim, embora a Medida Provisória nº 1.280/2024 parta de uma premissa correta – a necessidade de atualização dos valores –, ela comete um equívoco material ao adotar 2006 como referência, revisando apenas parcialmente os valores necessários para manter a competitividade do setor.

Além disso, destaca-se que o ajuste proposto é fiscalmente neutro. O aumento do limite dos valores aportados não altera o montante global da renúncia fiscal, trata-se de uma flexibilização regulatória, mantendo intacta a estimativa de impacto orçamentário-financeiro previsto inicialmente. Dessa forma, a medida em questão não representa um aumento da renúncia fiscal, pois não altera a porcentagem de abatimento permitida, mas apenas permite que o beneficiário do incentivo tenha mais capacidade de investimento e otimização dos recursos públicos. Como consequência teremos projetos de mais qualidade e um menor



custo regulatório para o país. Portanto, não há um aumento do incentivo fiscal proposto e sim uma otimização da liberalidade administrativa dos recursos.

Solicitamos aos nobres membros deste Congresso a aprovação desta emenda, que se mostra não apenas necessária, mas também urgente para o alinhamento da Lei do Audiovisual às práticas contemporâneas de produção e distribuição de conteúdo. A revisão dos limites propostos é uma resposta adequada às transformações do mercado e uma ação essencial para sustentar o crescimento e a internacionalização do setor audiovisual brasileiro.

Nesse sentido, solicito apoio de meus pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2025.

**Deputado David Soares**  
**(UNIÃO - SP)**  
**Deputado**

